

“Terrorismo em São Paulo” e o ideário político-militar da segurança e repressão

CÉLIA COSTA CARDOSO[□]

I – INTRODUÇÃO

A discussão historiográfica sobre a forma como se configurou o pensamento político-militar de combate à “subversão” na ditadura civil-militar pós-1964 encontra-se sistematizado em diversas obras de jornalistas, historiadores e produções memorialísticas. Como marco de sistematização da história do aparato repressivo dos governos militares, destacou-se a publicação do jornalista Antonio Carlos Fon, *Tortura: a história da repressão política no Brasil*, lançado em São Paulo em 1979. Uma obra reportagem de denúncia dos crimes de tortura, que explicita as formas de intervenção dos militares na política, a concepção de segurança e a montagem e funcionamento dos órgãos de segurança e repressão. O relato do jornalista, em tom memorialístico, representa parte da história da luta das organizações armadas brasileiras, tendo sofrido prisão e torturas nas dependências da OBAN (Operação Bandeirantes) em 1969.

Na década de 70, as relações políticas foram embasadas no militarismo e autoritarismo, manifestando-se na excessiva centralização do Poder Executivo nos níveis federal, estadual e municipal, nas eleições vigiadas, na propagação da ideia de “inimigo interno” da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), no cerceamento das

[□] Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), graduação e Programa de Pós-graduação em História (PROHIS), doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), atuante na área de História do Brasil. Coordenadora do PIBID-História (Programa Institucional de Iniciação à Docência / CAPES). Líder do grupo de pesquisa - Poder, Cultura e Relações Sociais na História (UFS-CNPq). Participante do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Política Contemporânea (UFRB-CNPq). E-mail para contato: celiacardoso@ufs.br.

liberdades e no aniquilamento das guerrilhas urbanas e rurais. Houve, portanto, mudanças e adaptações das teorias militares sobre as perseguições aos adversários políticos, bem como, uma intensificação da ação dos militares no controle do poder político, atuando em conjunto com governos autoritários da América Latina (Operação Condor), na repressão aos opositores e na difusão de uma propaganda anticomunista.

Os embates ideológicos radicalizaram-se ampliando as divergências internas e externas entre situação e oposição. O descontentamento cresceu com as mobilizações em torno das eleições parlamentares de 1974 e denúncias de crimes de tortura e assassinatos. Em contrapartida, aumentou a repressão com a montagem e pleno funcionamento dos órgãos de segurança e repressão, atingindo o núcleo das guerrilhas urbanas e rurais. Nesse cenário de disputas por projetos políticos distintos, capitalismo ou socialismo foram os divisores de água entre as ideologias. Governantes militares e civis buscaram garantir a ordem para permanecerem no poder, modificando a legislação repressiva, o funcionamento dos órgãos de repressão e os ensinamentos doutrinários de segurança, que sustentou as ações de militares no combate à “subversão e a terrorismo”. Essas denominações não são sinônimos no jargão militar, uma vez que “terrorismo” não é um mero ato de oposição, traduzindo e justificando a necessidade de uma “guerra” contra opositores armados, que almejavam a tomada do poder para a instauração do socialismo.

Entre a metade dos anos 60 e o início da década de 70 as orientações das corporações militares e civis foram dirigidas para o aprofundamento da compreensão das circunstâncias históricas do presente vivido, com estudos particularizados sobre a atuação das organizações armadas, dos personagens envolvidos e a criação de estratégias de combate aos adversários políticos. Um estudo particularizado do Estado de São Paulo revela como a administração pública estadual baseou-se nos princípios da segurança nacional, tendo no comando chefes executivos, como Adhemar de Barros e Abreu Sodré, que colaboraram de forma explícita para o bom funcionamento dos órgãos de segurança e repressão. Desse modo, essa pesquisa amplia os conhecimentos das operações militares consagradas pelos ideários da DSN, permitindo compreender as

reformulações e adaptações geradas no confronto com realidades regionais e locais. Empenhados em vencer e aniquilar as organizações armadas de esquerda, os militares vinculados aos órgãos de segurança e repressão não se concentraram apenas na identificação, mapeamento e atuação de grupos opositores locais. Eles procuraram criar estratégias parecidas com as das esquerdas, atuando com flexibilidade e cooperação em áreas internas e externas e apropriando-se de conceitos, como “guerra revolucionária”, para difundir o ideário político militar do Estado autoritário e evitar a disseminação e realização do projeto revolucionário dos opositores.

Ao discutir o pensamento militar em alguns países da América Latina, José Roberto Martins (2009) aponta duas vertentes ideológicas-políticas-militares: a primeira, reunida em forma de “doutrina” de matriz norte-americana, são construções teóricas anticomunistas formadoras da DSN. A outra, de ação prática integra o ideário de “Guerra”, propagada por militares franceses combatentes da guerra contra a independência da Argélia em 1954, sendo incorporada ao pensamento militar brasileiro. Entre as lições aprendidas por militares brasileiros, após a derrota do exército francês na Argélia, destacam-se a supervalorização da informação, o conhecimento do espaço físico e o mapeamento dos grupos descontentes. O emprego de terminologias e estratégias da luta revolucionária marxista para fundamentar o planejamento e execução de combate ao “terrorismo”, compreendido como a luta armada das organizações de esquerda, recorrendo, em alguns casos, a aplicação de novos métodos de tortura. Nesse sentido, fica a questão como essas ideias e práticas de combate aos opositores foram incorporadas por militares e civis a partir de comandos regionais e locais.

O Estado de São Paulo foi o proscênio do desenrolar de muitas dessas batalhas da “Guerra Revolucionária”, projetada por diferentes vertentes do pensamento marxista-leninista, e combatida por militares e civis para permitir a plena realização do capital e da ordem capitalista. Foi a partir do pós-1945, em contexto de Guerra Fria, que alguns projetos de transformação social dominaram o cenário político e acirraram as disputas ideológicas. Estados capitalistas, como França e Estados Unidos, influenciaram a América Latina, com a difusão de produções textuais doutrinárias do ideário militar de

segurança, substituindo os conceitos de defesa contra um determinado país por segurança nacional que atinge diretamente a população de seu próprio país. Essas novas orientações foram consubstanciadas em uma vasta literatura de cunho militar, formada quase sempre por textos esparsos, que inspiraram o surgimento de novas produções textuais em outros países, como o Brasil. Os países socialistas foram julgados como uma ameaça ao modelo liberal do Ocidente, principalmente a URSS, devido ao crescimento econômico e tecnológico alcançado por planos quinquenais.

O documento intitulado: “*A Guerra Revolucionária e a Subversão e o Terrorismo em São Paulo*”, produzido pelo Tenente Coronel Waldir Coelho, em 1970, sistematiza os fundamentos dessa doutrina e mapeia as ações de diversas organizações partidárias e/ou armadas. Compartilha desse ideário mais geral de segurança nacional, embasado nos interesses de preservação do mundo capitalista contra o socialismo em expansão, demonstrando-se crítico das liberdades abusivas das democracias liberais.

Um mês após a criação do DOI-CODI em São Paulo pelo major Waldir Coelho e pelo capitão Ênio Pimentel da Silveira, ambos mortos, Waldir Coelho proferiu uma longa conferência para alunos do I Curso Superior de Polícia, em outubro de 1970, que resultou em um importante registro de análise da teoria da DSN aplicada à prática repressiva contra organizações políticas de oposição atuantes em São Paulo no final dos anos sessenta, como ALN (Aliança Libertadora Nacional), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), VAR–Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares) e AP (Ação Popular). Esse documento foi produzido no “auge da repressão” por um dos expoentes das operações de combate, permitindo, portanto, conhecer e analisar a visão de um dos intérpretes da ideologia anticomunista no Brasil.¹ Partes desse texto foram citadas no artigo do delegado de polícia Guido Fonseca (1989: 70-73), que optou por não mencionar a fonte, bem como não emitiu nenhum comentário sobre o assunto.

¹DAESP, Fundo DEOPS/SP, Série “Dossiês”, no. Doc.: 50-Z-9-15602. Texto produzido por Waldir Coelho, em outubro de 1970, p. 1 a 56. Ver também, Carlos Fico, *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*, 2001, p. 26, para verificar a classificação dos documentos sigilosos produzidos pelo setor público em ultrassecretos, secretos, confidenciais e reservados. O texto aqui analisado recebeu o carimbo “Secreto”, identificação presente em muitos outros documentos que “requerem rigorosas medidas de segurança”.

Todavia, o delegado revelou uma informação importante sobre a circulação interna dessa produção: a de que o documento foi “distribuído às forças encarregadas de reprimir a escalada da violência”. (Fonseca, 1989: 70).

Waldir Coelho foi um importante defensor da coordenação e integração dos órgãos de segurança e repressão. Dizia que a primeira tentativa nesse sentido, anterior a OBAN, ocorreu na 2ª DI (Divisão de Infantaria), que passou por transformações internas após a descoberta das primeiras “ações subversivas” em São Paulo. Episódios como o da prisão de alguns militantes que pintavam uma viatura com as cores do Exército em Itapeverica da Serra/SP, no início de 1969 e a, então, “fuga e deserção” de Carlos Lamarca do 4º RI (Regimento de Infantaria) levando consigo um carregamento de fuzis da FAL, colocaram em alerta a equipe da 2ª DI.² Esta, então, assumiu, com o apoio do Exército e da Secretaria de Segurança Pública, a coordenação das ações de busca de informações e de execução de diligências, dando início também à prática de elaboração de Relatórios Especiais de Informações com o intuito de manter informados todos os escalões ligados às ações repressivas. Este episódio em que o capitão Carlos Lamarca conseguiu burlar a segurança do 4º RI, em São Paulo, gerou nos órgãos de segurança e repressão a convicção de que “as próprias Forças Armadas não estavam preparadas para enfrentar a guerrilha urbana” (Fico, 2001:137).

Essa experiência inicial de coordenação da 2ª DI, conforme Waldir Coelho, influenciou na criação da OBAN, que se estruturou em Nível do Exército e em Nível da 2ª DI. O Centro de Coordenação ocupava o primeiro plano, chefiado pelo comandante do II Exército e sua equipe, formada por comandantes e chefes da 4ª Zona Aérea, do 6º DN (Divisão Naval), Secretário de Segurança Pública/SP, 2ª RM (Região Militar), 2ª DI, DPF/SP (Departamento de Polícia Federal), SNI/SP. Contava, ainda, com uma Central de Informações, Central de Operações, Central de Difusão e Coordenação de Execução, dirigida pelo comandante da 2ª DI.

²Emiliano José & Oldack Miranda, *Lamarca*, 1984. O Capitão Carlos Lamarca abandonou o quartel de Quitaúna em Osasco/SP com um caminhão cheio de armas, que vai reforçar o arsenal da VPR. Em março de 1970, a organização sequestrou, em São Paulo, o Cônsul do Japão Nobuo Okuchi em troca de presos políticos. Ver também DAESP, Fundo DEOPS/SP, Série “Dossiês”, Pasta: OP-0684 – Cassação de mandato, *Diário Popular*, 11.04.1969, s/p.

Em 1969, o major desempenhava a função de chefe da seção de informações do Estado-Maior da 2ª Divisão de Exército: “Tinha 41 anos e uma aparência comum, salvo pela calva precoce. Vinha da arma da engenharia. Centralizador, autoritário e vaidoso, trabalhava dezesseis horas por dia. Era de rara severidade com os comandados. (...) Mantinha-se fora da política e estivera ao largo das traquinagens da linha dura” (Gaspari, 2002: 50-51).

Produções textuais, como a apresentada aqui, visavam a divulgação e a consolidação dos ideais da DSN entre militares e civis vinculados aos órgãos de segurança e repressão, bem como serviam de justificativa para as suas ações na tentativa de convencer alguns de seus críticos. Essa doutrina, propagada intensamente no Brasil após a Revolução Cubana de 1959, foi incorporada à nossa legislação pela LSN, que introduziu o conceito de “guerra revolucionária” ou “guerra comunista”. Para Waldir Coelho, os países comunistas, apesar de orientações políticas divergentes, queriam a instauração do comunismo através da “guerra revolucionária”, definida como uma guerra diferente porque é uma guerra interna:

O EMFA recomendou e o EME determinou a seguinte conceituação de guerra Revolucionária:

‘É a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que, apoiados em uma ideologia, estimulados e até mesmo auxiliados do exterior, visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim subversiva’.³

³DAESP, Fundo DEOPS/SP, Série “Dossiês”, n.º doc.: 50-Z-9-15602, refere-se ao texto, já citado, produzido por Waldir Coelho, em outubro de 1970, p. 4. EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas e EME – Estado-Maior do Exército.

Para relacionar a teoria da DSN com o seu emprego prático no combate às organizações políticas das esquerdas no Estado de São Paulo, Waldir Coelho partiu de uma ideia extremamente maniqueísta a dividir o mundo em duas ideologias: a comunista e a democrática. Diante desse dilema, posiciona-se a favor da democracia, entendida como garantia das liberdades individuais e do status quo predominante no mundo ocidental. Para rechaçar a chamada “doutrina comunista”, que Benedito Nunes Dias depreciava com o uso de expressões como “doutrina diabólica” ou “credo vermelho”, o líder da OBAN faz uma sistematização de todos os passos da “guerra revolucionária”, embasando-se em leitura simplificada e superficial, tenta desconstruir o pensamento de Lênin, Mao-Tsé-Tung e Bukarian.

A “guerra revolucionária” ou “guerra comunista” foi caracterizada como uma guerra total, que atingiria todo o aparelho do Estado e da sociedade, tendo por meta a destruição do sistema capitalista; entretanto, as correntes de pensamento oriundas da Rússia e da China, que orientavam as organizações armadas, divergiam nas propostas de encaminhamento da luta para se chegar ao socialismo. Englobava, assim, a “guerra comunista”, diversas características de uma “guerra interna”, sendo por sua vez total, global, permanente e indivisível. O vasto campo de ação dessa “guerra” visava atingir a “mente humana”, sendo conduzida por uma “vanguarda” integrada por uma minoria preparada para convencer, principalmente jovens e operários, através da propaganda ou do simples “aliciamento” para a subversão.

Daí porque as ações repressivas para alguns militares e civis visavam principalmente os estudantes. Os universitários, alvo dos “doutrinadores” comunistas, seriam passíveis de aderir mais facilmente à “guerra revolucionária” movidos pelo “entusiasmo” e a “inexperiência”: “Sabemos que os agitadores se infiltram nelas [Faculdades] e ficam repetindo anos com o único intuito de fomentar a discórdia, implantar a cizânia, alimentar a inquietude, porque eles sabem muito bem que, das Faculdades, nos países democráticos, é que se erguem as vozes corajosas da mocidade e delas se propagam as idéias capazes de emocionar a nacionalidade inteira”.⁴

⁴Adhemar de Barros, D. O. E., 11.03.64, p.2.

Um dos caminhos para se compreender porque os militares foram eficientes no desmantelamento das guerrilhas no Brasil foi a tradicional propagação e assimilação das ideias anticomunistas por grupos representativos e influentes no campo político, como parlamentares, religiosos, profissionais liberais, estudantes, etc.. Os propagadores da ideologia anticomunista diziam, ainda, que os comunistas, utilizando-se da técnica da intimidação por meio de comícios, passeatas, greves, agressões pessoais, etc., desejavam forçar mudanças nos valores e comportamento da população. Além do anticomunismo, a unificação de comandos das forças de repressivas a partir do entendimento de segurança direcionada para combater o inimigo interior do país e evitar, com isso, os insucessos da luta contrarrevolucionária.

Desse modo, entre as diversas possibilidades de combate ao movimento oposicionista, sobressaiu o que demonstrou ser mais eficiente o da unificação das forças de segurança e informação, com a atuação conjunta das Forças Armadas e das polícias civil, Federal e estadual no combate a guerra revolucionária comunista. Mas, isso somente não foi suficiente, empreenderam-se esforços no desenvolvimento de estudos geopolíticos de realidades regionais e locais. O desmantelamento dos grupos oposicionistas em São Paulo vincula-se a essa orientação principal de conhecer melhor o inimigo para combatê-lo, limitar o seu campo de ação e como recurso paralelo, cooptá-lo para o projeto capitalista de modernização conservadora dos militares.

Em São Paulo, as participações do DEOPS, subordinado a Secretaria de Segurança Pública, e da OBAN, transformada em 1970 em DOI-CODI, atuando muitas vezes, em conjunto, compuseram a polícia política do estado. Avaliados como responsáveis pelo aniquilamento da luta guerrilheira no país, uma vez que esses órgãos ultrapassaram as fronteiras do território paulista com atuações em outros estados, sendo São Paulo e Rio de Janeiro os mais importantes centros irradiadores da luta política.

Esse aparato repressivo, formado também pelo SNI e os órgãos específicos das Forças Armadas (CIE, CENIMAR e CISA) foi respaldado por centros clandestinos de tortura, como o sítio de 31 de Março, dirigido pelo delegado Fleury, e a Casa de

Petrópolis (RJ). Assim, a força da ideologia anticomunista na sociedade civil e o medo de ser atingido com prisões impõem limites às liberdades humanas.

A análise das fontes permitiu também destacar a “relativa autonomia” dos órgãos de segurança e repressão com a forte atuação das Forças Armadas a partir do final dos anos sessenta. Intervenções do poder militar nos estados ficaram consolidadas com a destinação exclusiva dos cargos de Secretário Estadual de Segurança Pública e de comandante de Polícia Militar a oficiais do Exército. Portanto, ficam evidentes os estreitos vínculos dos estados em relação à estrutura dos órgãos e suas normas de funcionamento estabelecidas através de diretrizes federais e secretas. O Estado de São Paulo foi considerado pelos militares como um importante centro de irradiação do comunismo no Brasil, justificando assim ousadas estratégias de investigação, captura e aprisionamento no combate à “subversão”. O fato é que São Paulo foi palco de diversas ações armadas, fomentadas pelas guerrilhas urbana e rural e ainda, de atrocidades cometidas contra os opositores do regime, que intensificaram as relações políticas entre as autoridades repressivas e os Poderes Executivo e Legislativo em nível estadual e federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BANDEIRA, L. A. Moniz Bandeira. “O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional”. In: TOLEDO, Caio Navarro de Toledo (org.). *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 1997.
- BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX & Sirinelli (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- CARDOSO, Célia Costa. *O Estado de São Paulo sob os Governos Militares (1963-1983)*. SP, USP, D, 2003.
- COELHO, Waldir. “A guerra revolucionária e a subversão e o terrorismo em São Paulo”. (Conferência), 1970. Acervo DEOPS (50-Z-9-15602, 08.03.1971)

- FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In: FERREIRA, JORGE & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª. Ed., RJ, Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. RJ, Record, 2001.
- FON, Antonio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. 3ª.ed., São Paulo: Global. 1979. (Passado & Presente, 8)
- FONSECA, Guido. “DOPS – Um pouco de sua História”. In *Revista ADESP*, Associação dos Delegados do Estado de São Paulo SP (18): 41-85, ago.1989.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. SP, Companhia das Letras, 2002.
- GÓES, Walder de & CAMARGO, Aspásia. *Cordeiro de Farias*. RJ, Ed. Nova Fronteira, 1991.
- MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da guerrerévolutionnaire (1959-1974)”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; Teles, Edson; Teles, Janaína de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a Ditadura. Memória e Justiça no Brasil*. Vol. I, SP, Ed. Hucitec, 2009.
- MAUÉS, Flamarion. “A tortura denunciada sem meias-palavras: um livro expõe o aparelho repressivo da ditadura”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; Teles, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a Ditadura. Memória e Justiça no Brasil*. Vol. I, SP, Ed. Hucitec, 2009.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Trad. de Dora Rocha. RJ, Ed. UFRJ, 1996.
- RIDENTI, Marcelo. “As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia. In: *Cadernos da AEL: tempo de ditadura*. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, v.8, n. 14/15, 2011.
- RIDENTI, Marcelo. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP, EDUSC, 2004.